
**Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e
Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo –
2021/2024**

Aos dezessete dias do mês de dezembro, de dois mil e vinte e um, às 14h00, com a primeira chamada e às 14h10 com a segunda chamada, foi realizada de forma presencial e com transmissão ao vivo pelo Youtube, a 12ª reunião ordinária do CPDCN-SP – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, gestão 2021 – 2024, no Espaço Cidadania - auditório André Franco Montoro - Secretaria da Justiça e Cidadania, Pátio do Colégio nº184 da qual passo a relatar todo o seu conteúdo. O presidente Gil Marcos, iniciou a reunião , às 14h10, saudando todas e todos os presentes, e de acordo com a parcela dos conselheiros/as presentes , tais como: Agnaldo Benedito de Oliveira, Carlos Eduardo da Silva, Clarina de Souza Genaro, Décio de Oliveira Vieira, Eneas Silva dos Santos, Gil Marcos Clarindo dos Santos, Jean Herbert Rodrigues da Rocha, João Cesar Ferreira, Maria Aparecida de Souza Costa Silva, Maria Cristina Silveira Prado Martins, Marlene Alves da Costa, Roseli da Silva Santos, Eloy Miguel Silva de Oliveira, Gislaine Aparecida Camilo Flisch e Marcelo Igor de Souza. E para início dos trabalhos, convidou a Doutora Cristiane Correia de Souza Leal, que é Promotora de Justiça e pediu para que ela mesma se apresentasse. Agradeceu o Conselheiro César, que a convidou para nos esclarecer sobre os trabalhos que a Secretaria de Justiça e a Procuradoria de Justiça estão realizando sobre a Rede de Enfrentamento ao Racismo. A Dra. Cristiane iniciou sua fala cumprimentando todos (as) os (as) presentes e se apresentando como Promotora de Justiça e que atualmente atua na Coordenadoria do Núcleo de Inclusão Social do Centro de Apoio do Ministério Público e que está na função de Secretária da Rede de Enfrentamento ao Racismo e vem nos contar um pouco sobre esse trabalho, o que é essa Rede e esse Projeto que eles estão tentando implantar em cooperação com a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo e com o Conselho, caso concordemos em abraçar essa causa. Ela dá início à sua explanação através de uma apresentação em Power point. Continuou dizendo que no final do ano de 2020, no mês de setembro a Procuradoria-geral de Justiça, muito tardiamente criou uma rede de enfrentamento ao racismo dentro do Ministério Público do Estado de São Paulo e que que essa rede é formada por um grupo de trabalho que tem Promotores e Procuradores de Justiça e servidores do Ministério Público em geral e que tem como objetivo problematizar e refletir sobre as questões de racismo estrutural, institucional, religioso e recreativo, enfim, sobre todas as formas de manifestação do racismo tanto no âmbito interno do Ministério Público, como externo. E que nós que temos esses números sobre o racismo, evidenciamos até pela sua presença aqui como uma mulher branca que eles falam sobre a questão do racismo, mas infelizmente, vergonhosamente, o Ministério Público de São Paulo tem apenas 3% de seus integrantes de pessoas negras. E que isso diz muita coisa e que não podiam invisibilizar e nem normalizar esse número e tantos outros números que colocam a pessoa negra

na condição de subalternidade social de forma naturalizada. A partir daí foi criada essa rede para que aconteça um diálogo tanto interno como externo e que criaram alguns subgrupos de trabalho sobre o racismo religioso e as questões penais como se entrelaça com o processo penal, como se dá a questão do racismo, um subgrupo para cuidar exclusivamente de políticas afirmativas e outro para tratar sobre a educação antirracista, outro sobre interseccionalidade da questão de classe e raça e um subgrupo para cuidar das questões internas do Ministério Público. Como que o racismo opera dentro da instituição e como eles podem melhorar os prismas de denúncia de racismo. E disse que um desses subgrupos apresentou um projeto que se denomina: Cidades Antirracistas. Apresenta os objetivos de atuação interseccional, mudar o paradigma de uma atuação reativa para uma mais ativa. Pois se ficam esperando em seus gabinetes que as demandas sobre o Racismo cheguem, elas não irão chegar, pois só aparecem as questões penais, policiais e individuais. As questões do Racismo não chegam, pois estão inseridos numa situação de Racismo Institucional e essas demandas não aparecem. Apresenta a forma de organização do projeto e que foi elaborado um Plano de Ação que está disponível no site da Procuradoria, junto com a portaria que instituiu esse Projeto e que vale a pena conhecer, acompanhar e cobrar. Continua dizendo que tem que cuidar do Racismo de forma preventiva, não apenas abordando as questões civis e penais, mas também na proposição de políticas públicas. E ainda através do diálogo com os gestores municipais para criação de estruturas que combatam o racismo e que sejam polos de discussão em todas as cidades. E nessa perspectiva de atuar de forma preventiva, o projeto se baseia em três objetivos: ter o Conselho Municipal, ter uma Secretaria própria ou pelo menos, uma Coordenadoria de enfrentamento e Centro de Referência para acolhimento das denúncias e que todas as cidades tenham um Plano Municipal, onde nesse plano haja toda proposta e que convoquem todos as Secretarias para esse debate, pois essa questão perpassa todas as áreas: Saúde da População Negra, em especial das mulheres; educação antirracista, propostas para inclusão da juventude negra das periferias, entre outros. E para isso é necessário realizar um mapeamento as estruturas de todos os municípios e se têm o Conselho Municipal, Coordenadoria ou Secretaria; outro mapeamento importante é sobre os Movimentos Negros existentes realmente atuantes e para que o Conselho tenha um papel de instrumento de democracia participativa, de fiscalizador e impulsionador de políticas públicas, precisa ser composto por movimentos negros da sociedade civil. Não basta apenas ter uma lei linda, mas que na prática o Conselho é formado por pessoas indicadas pelo Poder Executivo, é necessário ter essa representatividade negra efetiva. Outra meta proposta é a mobilização dos gestores, que daí é de responsabilidade da Procuradoria, para que estimulem essa iniciativa de adesão ao projeto. Continua dizendo que tudo isso não é nenhuma novidade, não é um projeto que nasce do nada, mas é decorrente da leitura do Estatuto da Igualdade Racial, que cria os SENAPIR e é importante que os municípios entendam que a adesão possibilitará a aquisição de verbas federais, a partir da construção dos planos de enfrentamento, os municípios fazem o preenchimento de alguns documentos e pleiteiam essas verbas. Esse tríplice estrutura é a base para organização dos projetos. E é muito importante que os Conselhos realmente funcionem. Daí temos que mobilizar a

sociedade civil, parlamentares e demais representações. Segue apresentando como irá funcionar essa estrutura do Conselho especificamente, sendo o passo um fazer o diagnóstico dos Conselhos em todo o Estado, realizar a mobilização social em cada cidade, a articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, a escrita e encaminhamento do Projeto de Lei, em seguida, a criação do Conselho com todas as condições de funcionamento, tendo local e equipamentos. Disse que mesmo não tendo a Procuradoria fechado termo de cooperação com o Estado, já há vários municípios que aderiram ao Projeto como por exemplo, os municípios do Vale do Ribeira e de Ibitinga, cobrando a existência dessa tríplex estrutura. Disse que depois de muitas reuniões internas chegaram à conclusão a importância da parceria do Estado de São Paulo e depois de outras articulações, inclusive com o presidente do CPDCN e com a Secretaria de Justiça. Essa estrutura que propomos para os municípios também precisa existir no âmbito estadual. Além disso, o governo estadual auxiliará na articulação com os municípios. Cita que foi criado um selo onde após a assinatura de adesão ao projeto e ao cumprir com todas as metas, o município receberia esse selo. Além disso, eles propõem que o Estado melhore o Portal da Transparência, para que tenha informações sobre a política do Estado de enfrentamento ao racismo, que tenha o Plano Estadual, assim que concluído, pois está elaboração; também a informação das estruturas de atendimento em âmbito estadual sobre o Conselho, sobre o Projeto Cidades Antirracistas e sobre cada município que aderiu e cumpriu as metas do projeto. Além disso, uma campanha para divulgação e mobilização do Projeto; e que seja feita sempre uma atualização sobre esse ranking de municípios. O apoio técnico de capacitação naquilo que compete aos Estados e que aproveitarão o termo de cooperação para melhorarem o canal de comunicação com o CPDCN e com a Secretaria de Justiça, pra que sejam um canal de recepção de denúncias de forma mais ágil e ela citou que o Ministério Público tem o GCRAD, que é um grupo especial de enfrentamento dos crimes de ódio e intolerância, e que vão estreitar o relacionamento com esse grupo que trabalha na responsabilização penal e que há também as Procuradorias de Justiça de Direitos Humanos que trabalham com as responsabilizações civis, no que tange aos danos morais coletivos. Já os danos individuais, nos casos de reparações de quem sofreu um ato racista, tem que ser perseguidos pela própria pessoa na Justiça, tem que entrar com ação de indenização por danos morais individuais, mas já os danos morais coletivos, aquele cujo recursos vão para o Fundo Estadual de Enfrentamento ao Racismo, esses podem ser perseguidos pelo Ministério Público, pois nesses casos não atingem só a pessoa que foi vítima do racismo, mas toda a comunidade negra. Aproveitam esse termo de cooperação para uma aproximação maior do Ministério Público com o Conselho para que essas demandas cheguem com mais facilidade e para que possam resolver de forma mais célere. Em seguida ela apresenta o mapa do estado onde há municípios onde já existem os Conselhos e outro onde estão apresentados os municípios que já aderiram à SENAPIR, que já possuem a tríplex estrutura e são muitos poucos, pois num total de 645 municípios, apenas 16 aderiram. Afirma que há muito o que fazer. Finalizou a apresentação dos slides e diz que esse é o Projeto e que o Ministério Público gostaria de que ele decolasse e que contam muito com a nossa colaboração e que se sentiu muito honrada e feliz por estar em nossa reunião,

um Conselho tão importante e colocou o Ministério Público à disposição do Conselho e que possamos juntos implementar esse projeto em todo o Estado. Fez o convite para que entremos nas redes contidas no site do Ministério Público onde consta também um livro que foi lançado no dia 20 de novembro que tem por nome Ministério Público Antirracista: a travessia necessária, que contém 26 artigos escritos por promotores, promotoras e convidados. Finalizou sua fala agradecendo a oportunidade. Em seguida o Presidente Gil, agradeceu pela excelente explanação e citou que recebemos um ofício do Ministério Público solicitando o número de Conselhos Municipais e que o último levantamento de 2018 constavam 70 e agora temos quase 90 mapeados pela nossa equipe. E pergunta se há alguma pergunta a ser feita. Ela respondeu uma pergunta sobre o termo de cooperação e disse que estão faltando pontos específicos sobre o selo e que em breve será fechado. Disse que o Conselho será fundamental para a efetivação desse projeto do selo. O Presidente Gil citou que esse ofício solicita o número de organizações do movimento negro e que são inúmeras e propõe que seja realizado um senso chamado em parceria com o Ministério Público. Ela respondeu dizendo ser uma excelente ideia e citou que fizeram um mapeamento via formulário do Forms com algumas perguntas e tentaram divulgar, mas o retorno foi muito pequeno e solicitou apoio e ideias do Conselho, mediante nossa capilaridade. Em seguida tem a palavra a Conselheira Iyá Cristina que se apresentou para a Dra. Cristiane como representante das religiões de matriz africana e que muito interessa e que temos o GT específico. Citou que em Araraquara acabou de ser empossada mais uma representante da religião no Conselho Municipal e perguntou como podemos estreitar e trazer essa agenda do Ministério Público, buscando trazer essa formação. A Dra. Cristiane disse que é muito importante esse processo de aproximação e pede para que a Conselheira envie um email citando esse interesse de aproximação com o assunto específico para essa aproximação aconteça. Surgiu outra pergunta, do Conselheiro Jean, sobre como será implementado, na prática, o Projeto nas cidades. Ela respondeu dizendo que estão finalizando um cronograma com cada etapa e com seus prazos específicos e disse que chamará o Conselho para a próxima reunião para que haja participação e contribuição. Outra pergunta foi sobre o selo e que existem outros selos como por exemplo, o verde e azul, onde o município que adere, é aceito em outros programas do governo do Estado. Ela respondeu que isso é muito interessante e que é algo a se pensar, para além do ganho político de ser uma cidade antirracista e das verbas, mas de outros benefícios. Disse que levará essa ideia para o Ministério Público. O Presidente Gil passou a palavra para o Conselheiro Aguinaldo que perguntou se o material da apresentação será disponibilizado e se o próprio Ministério Público e o Governo do Estado propondo como obrigatória essa implementação, pois nem todos os prefeitos estão interessados que isso aconteça em seus municípios. E propõe que seja realizado um diálogo de todos os envolvidos para estabelecer essa proposta. Ela afirma que repassará a minuta do Projeto que possamos contribuir na construção do texto. O Presidente Gil disse que é muito importante esse respaldo do Ministério Público e do governo do Estado, nos auxiliariam de forma positiva. Ela concordou e reafirmou que a posição do Ministério Público é de fortalecer todos os Conselhos. O Conselheiro Décio tem a palavra e citou sobre o pedido do Ministério Público sobre o mapeamento e disse havia uma

lista com 160 Conselhos listados, mas que a partir dos contatos que ele fez, apenas 70 foram confirmados e perguntou se pode enviar essa lista para o Ministério Público. Ela responde dizendo que sim e citou que na minuta há a obrigatoriedade de o Estado manter essa lista atualizada e que o material de sua apresentação está disponibilizado assim como a minuta que está em construção para colaboração do Conselho. E pede licença para se retirar por motivo de outro compromisso e assim agradeceu. O Presidente Gil, agradeceu a presença da vice-presidente Cida Costa e citou sobre a leitura da ata que ficou comprometida, pois a Lílian, a secretária, não conseguiu concluí-la por problemas de trabalho e que disponibilizará nesse final de semana no grupo de whats, por isso, não faremos a leitura da ata. Em seguida a vice-presidente se posiciona dizendo que a Lílian é professora em várias escolas e com a pandemia a vida dos professores sofreu uma sobrecarga excessiva, mas a Lílian afirmou que deixará as atas em dia. Em seguida, o Presidente Gil reitera que a Lílian se desculpou pelo atraso da ata, tendo inclusive junto com problemas profissionais, a formatura da filha. E dá sequência à pauta, o próximo item seria sobre a Igreja dos Aflitos, que o Conselheiro Cavanha iria trazer uma pessoa para falar sobre o assunto, mas não aconteceu. E assim, o Presidente passou para o próximo item da pauta, que é sobre a organização dos eventos e que para que não sejam repetidos erros anteriores pediu atenção ao calendário e citou o dia 11 de maio, que é o dia do aniversário do CPDCN para que seja organizado um excelente evento em comemoração. Dando seguimento, o Presidente Gil apresentou slides com a apresentação de um guia com o cronograma dos compromissos e que a Conferência devido às novas cepas, poderão ser híbridas. E que o Dr. Antônio chegará à reunião com mais informações. Ele perguntou ao Conselheiro César se quem viria à reunião seria o Abílio. Ele agradeceu aos Conselheiros/as Clarina, Gisa e Du pela elaboração da apresentação. Seguiu dizendo que era para que elaborássemos uma Cartilha até para utilizar uma verba do Centro de Equidade, mas não deu tempo e pede para que todos e todas enviem fotos para que sejam inseridas na cartilha e seguiu com a apresentação dos slides e citou a presença de Bariri e a vice-presidente Cida comentou que há outras ações a serem incluídas. O Presidente Gil disse que sim e para isso é importante que todos e todas enviem informações, que podem vir com dados do SEADE, por exemplo. E que a proposta é que nosso Conselho seja amplamente divulgado e para isso enviem todo o material possível para a Clarina. Citou que por exemplo, até agora não conseguimos realizar uma foto com todos os Conselheiros, que é uma situação frustrante, pois poucos se disponibilizam para participarem presentes. A vice-presidente citou que não é para estar de forma híbrida e sim presencial e que ninguém está aqui enganado, pois sabiam que tínhamos uma reunião mensal. E quem está híbrido precisa participar, fazer perguntas, entra no grupo de whatsapp e diz que está presente. O Presidente Gil, citou a justificativa da Andréa João que está viajando por estar de férias e a Lílian que mandou mensagem dizendo que estaria participando no virtual. O Conselheiro Du diz que o investimento para participação on line é muito baixo, a pessoa responsável disse que iria resolver, mas isso faz quase um ano, sem solução. Logo, não é híbrido e sim apenas uma transmissão. A Conselheira Iyá Cristina disponibilizou o equipamento e cabeamento da sua associação para uso nas reuniões para viabilização da participação de todos e todas. O Presidente Gil

disse que o equipamento já foi comprado e que provavelmente em janeiro essa situação estará resolvida. Ele dá continuidade com o item sobre as Conferências. O Conselheiro Décio disse que organizou um Calendário com os eventos até julho de 2022 juntamente com a Dra. Roseli e com a Lyá Cristina. Em seguida ele falou sobre o grupo de whatsapp dos Conselhos Municipais e que muitos estão questionando sobre a Conferência e solicitaram uma live para a segunda quinzena de janeiro com o Presidente e o Dr. Antônio para esclarecimentos. A vice-presidente Cida perguntou se todos os conselheiros e conselheiras não poderiam participar, por ser uma pauta muito importante. O Conselheiro Décio disse que sim, que claro que é possível e que os conselhos estão questionando. O Conselheiro Décio continuou lembrando que em janeiro também há mais dois eventos: reunião com o governador e no dia 21 de janeiro é o Dia Internacional da Intolerância Religiosa e que a Lyá Cristina está propondo uma live. Ele segue para os eventos de fevereiro, mas lembrou que o Dr. Antônio vai solicitar o apoio de conselheiros por região para ajudar com a Conferência, daí não há um evento específico, apenas duas efemérides, que ele não tem as datas. Segue para março citando a data do dia 21 temos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial e propõe a retomada da live do ano passado que foi cancelada, onde contamos com o apoio do Professor Denis de Oliveira e uma mulher que será trazida pela Dra. Roseli. Em abril, muitos de nós participaremos das reuniões das conferências intermunicipais devido aos diversos pedidos dos Conselhos Municipais e assim no mês de abril faremos referência às efemérides negras na página do Facebook. Em maio teremos três datas importantes: dia 11, que é aniversário do CPDCN onde precisamos definir a data e realizar, pois, nesse ano não conseguimos; dia 13 dia da pseudo-abolição que é necessário marcar com um evento, nem que seja virtual e a 5ª Conferência, que ele acredita que todo o Conselho estará envolvido. Segue para junho com a data de aniversário da morte de João Candido. Em julho ele cita a série de efemérides importantes para serem homenageadas, dia 1º, fundação do Clube Negro de Cultura, dia 3 - aprovação da Lei Afonso Arinos; dia 7 - aniversário do MNU – Movimento Negro Unificado e que foi solicitada pelo MNU, uma reunião e dia 25, Dia da Mulher Negra, que precisamos organizar com antecedência, pois esse ano, realizamos bem depois da data. E com certeza, alguém da Secretaria vai nos solicitar nosso Calendário. Ele solicitou que os (as) Conselheiros (as) que passem os contatos dos conselhos da região para incluirmos no grupo de whatsapp, começamos com 21 e hoje são mais de 50. E que tem sido bem positivo. Agradeceu ao Conselheiro Dr. Aguinaldo que tem auxiliado no grupo de whats e ajudou no caso de racismo ocorrido da cidade de Olímpia. Em seguida, o Conselheiro Enéas pediu a palavra e citou que o Conselho de Ubatuba mudou o nome do Conselho, por serem de uma região quilombola, incluíram a palavra tradicional ou tradição. Em seguida, o Conselheiro Dr. Aguinaldo ressaltou a experiência do Conselheiro Enéas em em relação à organização da 4ª Conferência, que será de grande valia para todos nós. A conselheira Lyá Cristina disse que em Bragança Paulista já estão tentando fazer a conferência. O Presidente Gil que se as cidades quiserem se organizar e fazer, não há necessidade de autorização de nenhuma instituição. Em seguida, a vice-presidente Cida pediu esclarecimento se todos (as) conselheiros (as) poderão participar do grupo de whats dos Conselhos ou são restritos ao interior? Disse ser estranho ficar sabendo dos acontecimentos nas

reuniões. E queremos estar juntos em tudo. E outro assunto é sobre o Calendário, elogiou o Conselheiro Décio pela elaboração, mas aponta que os GT's precisam propor suas ações e eventos. O Conselheiro Décio a responde e disse que sim, pode passar a lista dos Conselhos do Interior e que em relação ao grupo de whats dos Conselhos disse que colocou o convite para participar do grupo. A vice-presidente Cida pediu para a secretária Lílian, registrar isso em ata. O Conselheiro Décio disse que a participação na reunião das terças-feiras, dos GT's de Eventos e Comunicação e que esse calendário não foi elaborado só por ele, mas sim na última reunião. Reiterou que o calendário não é estático, mas sim para que possamos ter uma base e para enviarmos para a Lúcia da Secretaria. O Presidente Gil agradeceu ao Conselheiro Décio. Logo em seguida a Conselheira Dra. Roseli comunicou que as reuniões dos GT's de Eventos e Comunicação eram separadas, mas passamos a realizar de forma conjunta. Elogiou a presteza do Conselheiro Décio que sempre gera os links das reuniões e seu empenho nas reuniões. O Conselheiro Cavanha justificou que o Caio da Secretaria que viria falar da Igreja dos Aflitos, teve um imprevisto na Secretaria e com ao avançado da hora e como teremos a fala do Dr. Antônio, ele pediu para que seja transferida sua participação para janeiro. O Presidente Gil agradece ao Cavanha e diz que teríamos a pauta relativa à Jundiaí, mas como temos como prioridade da fala do Dr. Antônio, vamos passar para ele que abordará um tema pertinente que é a Conferência. O Dr. Antônio Carlos passa a fazer uso da palavra e diz estar feliz por estar em casa de novo. Agradeceu ao Décio e ao Enéas que estão ajudando na organização dos Conselhos e também em relação à organização da Conferência. Continuou dizendo que participou de uma reunião em Brasília onde foi solicitada a prorrogação do prazo de realização da Conferência e que na 3ª e 4ªs Conferências foram 6 a 7 meses do Regimento à sua efetiva execução. Participaram da reunião, 6 estados, todos foram convidados, sendo a participação mais ativa da Bahia e do Rio de Janeiro, tendo como resultado: mantido de 02 a 06 de maio para a Conferência Nacional, não muda; segunda decisão mantido o prazo de 7 de março para as Conferências Estaduais e terceira decisão, mantido o para de até 15 de fevereiro para as Conferências Municipais e Regionais. Ressaltaram também o problema da nova cepa, mas não haverá mudança. Então São Paulo não brigará e nesse sentido pediram o envio do material de identidade, da logomarca. Disse que em São Paulo como estamos hoje, teve reunião cedo sobre essa questão, já foi aberto o expediente do Decreto e já passou pelo jurídico que foi a parte mais complicada. Hoje cedo já estava na mesa do Secretário para fazer a exposição dos motivos para encaminhamento para a Casa Civil, que o último ato dentro do Decreto. Com a publicação do Decreto, temos a publicação quase que imediata da Resolução com a Comissão Organizadora Estadual junto com o encaminhamento do Regimento Interno, que depois poderá ser discutido e alterado pela Comissão Estadual. Os municípios estão desesperados porque precisam de nosso decreto para elaborarem os decretos municipais. Em relação à Comissão Organizadora estão propondo a participação de 44 instituições, os organismos que participaram das conferências anteriores que são 16, vão confirmar e enviar os ofícios. E vamos deixar livre a confirmação e depois encaminhado para o presidente essa listagem. E disse que Secretaria de Justiça e Cidadania, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Cultura, Secretaria de Educação, ALESP, CPDCN, Fórum Inter-religioso, Ciganos e Quilombolas, Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Estou dando andamento a um expediente de 2018, que o Secretário deu autorização para a criação do Conselho Estadual de Comunidades Tradicionais e de Povos de Terreiro. E da Sociedade Civil são: CONAB, CONEN, ABN, EDUCAFRO, UAB, IDAFRO, UESP, UNEGRO, Fórum Hip Hop, UESP, FUNAFRO, Movimento Salve Periférico, Instituto Martin Luther King e MNU. Ele solicitou se houver outras indicações para inclusão é só enviar. Em relação às regionais serão as 16 regiões administrativas já existentes na Secretaria de Desenvolvimento Regional. Ele apresentou a proposta de que os Conselheiros sejam os orientadores de suas regionais, onde farão as aberturas e serão representantes do Conselho. E isso fará parte do Regimento Interno. Disse que quando esteve em reunião em Brasília, receberam a orientação de priorizar as Conferências Regionais. Mas São Paulo vai manter como está. O formato da conferência, de início estavam trabalhando com participação de 600 pessoas, temos o Anhembi reservado, mas o governador cancelou o Réveillon devido à Influenza e a nova cepa do coronavírus, nesse sentido a proposta é de realizar de forma híbrida, sendo presencial a organização e as demais participações de forma virtual, através de plataforma específica. O Dr. Antônio interrompeu sua fala para atender um telefonema de Curitiba. Em seguida cita a plataforma da Educação que suporta 13mil pessoas e solicitou a transmissão ao vivo, da TV Cultura, sendo um diálogo entre Secretarias para ajustes. O secretário está fazendo a análise do Estatuto da Igualdade Racial e que foi autorizada a confecção desse Estatuto com a logomarca do Estado de São Paulo para divulgação e entrega para as prefeituras onde acontecerão as regionais. Seguiu comunicando que está fechando com a Faculdade Zumbi de Palmares para realização de cursos EAD para 1000 pessoas da Coordenação e 1000 pessoas do Conselho, todos eles atrelados às conferências. Cita ainda que conseguiram desenvolver 10 emendas propositivas que serão fiscalizadas pelo Conselho e cita alguns: em Jundiaí – plataforma digital com todos os dados da comunidade negra; o Quilombo de São Pedro trabalhará com a História das Mulheres Negras Quilombolas; Gritos dos Excluídos trabalhará com nossa juventude; IMAMA será um treinamento para as comunidades quilombolas de todo o Estado de São Paulo sobre seus direitos; Curso para 1500 lideranças das comunidades tradicionais de umbanda e candomblé com apoio jurídico e buscar isenção junto às prefeituras, projeto de 200mil reais; SOU DA PAZ – trabalhará com nossas crianças; CONE trabalhará com torres de transmissão digitais; Biosfera trabalhará a questão ambiental; Esperança Garcia está em análise; Defensoria Pública será realizado a instituição de um Tribunal para discutir as mazelas sofridas; e também a Defensoria Pública com a Lei 10.639 com curso de Formação sobre a História da África para todos os professores, esses projetos totalizam 2 milhões de reais. Ele diz que precisa da opinião sobre as Conferências híbridas e disse que será assinado o Projeto Cidades Antirracistas e o Ministério Público será também órgão fiscalizador. Comentou ainda o Plano Estadual da Promoção da Igualdade Racial. Continuou citando que ele pediu para ser criado um sítio da 5ª Conferência onde será publicadas todo o conteúdo. O Presidente Gil diz que mediante o adiantado da hora, acredita que essa pauta foi bastante debatida e esclarecida e agradeceu ao Dr. Antônio pela participação.

O Dr. Antônio agradeceu à Dra. Roseli e à Gisa pela parceria. A Conselheira Dra. Roseli comentou sobre os estagiários participarem das ações administrativas e que instituições quiseram se apropriar da ideia e disse que comunicou a presidente da OAB sobre esse tema de implantação do número de horas obrigatórias de estágio em temas sobre o racismo. E ela disse que agendará uma reunião da presidente da OAB com o Dr. Antônio. O presidente Gil agradeceu mais uma vez ao Dr. Antônio. Em seguida, o Conselheiro Dr. Aguinaldo tem a palavra e elogiou a atuação do Dr. Antônio. Citou que os casos de racismo que aconteceram em algumas reuniões, e que está fazendo alguns acompanhamentos. Disse que esteve em Rio Claro, em reunião com a prefeitura e que deu tudo certo e lá, o Conselho foi empossado. Seguindo comenta que esteve também em reunião da Coordenadoria de Araras, sobre a demissão da Cintia, para ver se pode haver alguma alteração, mas que não tem nenhuma novidade. E ainda que esteve em Luiz Antônio onde fez um atendimento à única mulher trans da cidade no sentido de conseguir o seu nome social. E Dr. Antônio foi convidado para realizar uma live, mas devido à organização da Conferência, pediu para que eu o substituísse em nome do Conselho que teve A Violência contra a População Negra: da abordagem ao cárcere organizado Agita Rede, Rede Socioassistencial da região de Campinas. Acompanhou ainda a Professora Márcia que sofreu crime de racismo por outra professora e que de lá ligou para a Gisa, comunicando que estava na escola e que estamos aguardando a abertura de sindicância pelo diretor e que enviaria uma cópia para ele, que encaminhará para a Gisa. Ainda na cidade de Luiz Antônio está acompanhando a morte de uma mulher grávida de 39 semanas, que teria cometido suicídio, mas a suspeita é de homicídio e que esteve conversando com a família. E que também está atendendo a vereadora Paola de Campinas que sofreu o crime de racismo na sua prerrogativa de trabalho, na Câmara Municipal e ficou muito grata ao Conselho pelo apoio pois estava se sentindo muito sozinha, pois a Câmara Municipal não havia dado encaminhamento ao caso. Finalizou dizendo que enviará um relatório para o Presidente Gil para o Conselheiro Décio e agradeceu. O Presidente Gil, agradeceu e passou a palavra à Conselheira Marlene. Ela iniciou agradecendo, dizendo que a cidade de Jundiaí passará a ser Região Metropolitana e pediu permissão ao Presidente Gil, à Vice-presidente Cida e à Secretária Lilian para repassar os acontecimentos de racismo de Jundiaí. Passou a relatar com a Câmara Municipal que era uma demanda desde o início dos trabalhos do Conselho, queria ter levado uma comitiva, mas devido à pandemia foi adiado. Disse que à Câmara estava em reforma e a reunião aconteceu no Plenarinho para uma reunião com os vereadores onde estiveram presentes o Presidente Gil, representando o Conselho, o Dr. Antônio foi convidado, mas não pode comparecer e o Ivan Lima. Afirmou que foi uma reunião muito boa, pois Jundiaí está com vários projetos e a presença do Conselho foi muito importante e mais uma vez agradeceu a disponibilidade do Presidente Gil. Outro acontecimento que ela relata foi a realização da Pré-conferência onde o Conselho foi muito bem recebido, o presidente Anderson ficou muito feliz e agradeceu o nosso apoio e presença. Outro fato relatado é a parceria com os empreendedores negros que estão procurando apoio, já receberam o contato do SEBRAE, através da Ana Flávia. Ela comentou sobre a possibilidade da fala do Conselheiro Cavanha sobre esse tema e o Presidente

Gil disse que é só solicitar. Continuou dizendo que na semana anterior teve uma reunião com uma cadeira setorial de etnias e outra cultural, que são dois jovens negros que são muito bons, onde ela se apresentou enquanto Conselho. Seguiu agradecendo os conselheiros e conselheiras que apoiam quando acontecem os casos de racismo. Colocamos no grupo o caso e agradeceu a Lúcia pela sua disponibilidade no caso de racismo da escola. Disse que não conseguiu entrar desde o começo na reunião na escola. Pedimos também autorização da mãe para participar, mas só conseguiram entrar com a reunião em andamento e disse que apresentou o ofício do Presidente Gil que nos autorizou a representar o Conselho. Disse que entraram e que foi muito sério o caso e que até chorou mediante a gravidade. Disse que perguntou ao Dr. Antônio se será aberto processo pela Coordenadoria, conversou ainda com a Gisa e a Dra. Roseli sobre o fato. Relatou que mesmo enviando o ofício, a direção não a deixou entrar, mas permaneceu firme e conseguiu entrar. Deixou com a vice-diretora e a secretária uma cópia do Estatuto da Igualdade Racial. Em frente à escola houve um pequeno ato de manifestantes e membros da família. Disse que procura sempre saber até onde por ir enquanto representante do Conselho e que enviou o Boletim de Ocorrência para o Presidente Gil. E mais uma vez agradeceu a todos e todas conselheiros e conselheiras pelo apoio e finaliza sua fala. Em seguida a Vice-presidente pediu a palavra e disse que quer fazer uma proposta. Antes o Presidente Gil pede para que a Gisa faça uso da palavra para falar de algumas alterações que ocorreram na Secretaria de Educação, como por exemplo a saída da Naomi e do Marcelo. Em seguida a conselheira Gisa cumprimentou a todos os presentes e iniciou sua fala abordando o caso de Jundiaí sinalizando que é muito importante sabermos até onde podemos ir enquanto representantes do Conselho e como conduziremos a situação, pois nesse caso, em momento algum a Dirigente Regional foi contactada e que isso é muito sério. E que a Secretaria tem uma gestão muito forte e que o Secretário sempre que ser comunicado do que acontece. E às vezes queremos tanto proteger o aluno e esquecemos desses detalhes. Disse que foi muito cautelosa e que entrou em contato com a dirigente que se colocou à disposição para receber o Conselho. Reiterou que quando for assunto relativo à Educação que se dirijam a ela para providências, que responde rapidamente e que a dirigente e se coloca à inteira disposição. Encerrou sua fala agradecendo a todas e todos presentes. A Vice-presidente pediu para que todos aguardem um pouco pois ela tem uma proposta a fazer, mas antes a Conselheira Dra. Roseli pediu a palavra, parabenizou a Conselheira Gisa pela atuação junto à área de Educação e parabenizou a Conselheira Marlene pela postura e atitude perante esse caso. E que traz os aplausos da companheira Dra. Ieda de Jesus e se posiciona que esse caso requer acompanhamento jurídico pelo nosso Conselho. Disse que conversou com a Dra. Ieda pelo WhatsApp sobre o caso e agradeceu a participação dos Conselheiros Marlene e de seu suplente Reginaldo; também da atuação Gisa e que esse retorno que ela aguardava dependia de um levantamento. Afirmou que a posicionou sobre os trâmites de nosso processo administrativo para que ela possa saber o que é o acompanhamento da Educação e o que é do Jurídico. E assim a Dra. Roseli finalizou sua fala e agradeceu. Logo em seguida fez uso da palavra, a Vice-presidente Cida, que propõe que seja criada uma honraria Eduardo de Oliveira, que criou o Hino à Negritude, que seria uma homenagem

justa. Sugere que seja proposto para o Secretário e aproveitar esse momento em que o governo nos apoia. Perguntou se todos apoiam essa proposta e deseja um Feliz Natal e Próspero Ano Novo. O Presidente Gil, seguiu dizendo que recebeu logo cedo, às 5h50min, uma mensagem do Secretário de Justiça perguntando se a reunião proposta para ser realizada com o governador se é aproximação ou se tem uma pauta específica e se dirige aos presentes para que seja definida essa pauta. E para ele a pauta principal seria o compromisso do governo com o Estatuto da Igualdade Racial. A transmissão é finalizada sem a conclusão dessa temática e sem o encerramento do Presidente Gil. Não havendo mais nada a acrescentar e sendo lavrada por mim, Lilian Raquel Pires, secretária, a presente Ata, sendo lida, conferida e rubricada por todos e todas os (as) presentes.